

DITADURA

Viúva de Vlado, a ativista Clarice Herzog, que completa 85 anos, construiu uma trajetória própria como socióloga e defensora dos direitos humanos no Brasil

Vida dedicada à luta por memória e justiça

» VANILSON OLIVEIRA

Socióloga de formação, Clarice Ribeiro Chaves Herzog tornou-se uma das mais importantes ativistas do Brasil após o assassinato do marido, o jornalista Vladimir Herzog, pela ditadura militar brasileira, em 1975. Desde então, transformou a dor em luta por verdade e justiça. Dia 1º de julho, ela completou 85 anos, marcados por uma trajetória de coragem, dedicação e atuação firme em defesa dos direitos humanos, da democracia e da memória.

Graduada em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Clarice é mãe de André e Ivo Herzog e avô de Lucas, Sofia e Helena. Também construiu uma sólida carreira profissional na área de pesquisa de mercado e publicidade. Participou de um programa no Centre of Information do Foreign and Commonwealth Office (FCO), em Londres, experiência que abriu caminho para sua atuação no setor de pesquisas publicitárias, onde se tornou referência.

Sua trajetória, no entanto, ficou profundamente marcada pelo caso Herzog. Vladimir foi preso, torturado e assassinado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), principal órgão de repressão do Exército brasileiro durante a ditadura. À época, uma fotografia do jornalista morto em uma cela foi divulgada pelos militares para sustentar a falsa versão de suicídio, imediatamente contestada por Clarice, familiares e amigos.

Viúva aos 34 anos, Clarice iniciou uma luta que atravessaria décadas. Desafiou os militares e passou a cobrar respostas sobre o crime e a responsabilização dos envolvidos. Enquanto repetia, sempre que podia, a frase “mataram o Vlado”, era seguida, vigiada e intimidada por agentes do regime.

Mesmo sob esse cenário, em 1978, Clarice ingressou na Justiça contra o Estado brasileiro. Naquele mesmo ano, o juiz Márcio José de Moraes reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Vladimir Herzog e determinou o pagamento de indenização à família. A decisão tornou-se um marco histórico ao desmontar oficialmente a versão de suicídio sustentada pela ditadura.

Sem que houvesse responsabilização criminal pelos fatos, Clarice levou o caso, em 2009, à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). O julgamento foi concluído em 2018, quando a Corte responsabilizou o Estado brasileiro pela detenção arbitrária,

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Em 2025, a cientista política recebeu o direito a uma pensão vitalícia concedida pela Justiça Brasileira

Instituto Vladimir Herzog



Clarice ao lado do marido, Vladimir Herzog, com o filho Ivo

tortura e assassinato de Vladimir Herzog. Foi a primeira vez que um tribunal internacional reconheceu que o Brasil praticou um crime contra a humanidade durante a ditadura militar.

A Corte também concluiu que houve omissão na investigação, no julgamento e na punição dos responsáveis, reconhecendo o direito da família à verdade. Entre as determinações, o Brasil deveria realizar uma investigação imparcial, identificar e punir os autores do crime, divulgar os resultados e reparar os danos causados à família.

Ao lado dos filhos, Clarice também passou a dedicar-se à preservação da memória de Vladimir Herzog. Em 2009, assumiu a presidência do Instituto Vladimir Herzog, organização da sociedade civil criada

para manter vivo o legado do jornalista e fortalecer a defesa da democracia, da liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Outra importante vitória veio em 2013, quando, 38 anos após o assassinato, a Justiça determinou a retificação do atestado de óbito de Vladimir Herzog. A causa da morte deixou de constar como suicídio e passou a reconhecer que o jornalista morreu em decorrência das violências sofridas nas dependências do Estado brasileiro.

No ano passado, quase cinco décadas após o crime, a Justiça Federal concedeu reparação econômica mensal a Clarice Herzog, determinando o pagamento de uma pensão vitalícia de R\$ 34.577,89.

Na decisão, o juiz Anderson Santos da Silva, da 2ª Vara Federal

Cível do Distrito Federal, afirmou que, “diante das fartas evidências a respeito da detenção arbitrária, da tortura e da execução extrajudicial de Vladimir Herzog, o pedido autoral de reconhecimento da sua condição de anistiado político, com as suas consequências legais, apresenta plausibilidade jurídica”.

Mãe e exemplo

Filho de Clarice e atual presidente do Instituto Vladimir Herzog, Ivo Herzog destacou o exemplo da mãe e seu papel na luta pela democracia e pela justiça. “Clarice, 85 anos. Destes, estive ao seu lado por quase 60. Vi essa mulher viver intensamente. Guardo lembranças de quando ela se tornou uma guerreira na luta incessante e inegociável pela verdade e pela justiça.”

Ele também ressaltou o papel de Clarice como mãe e profissional. “Em paralelo a essa batalha, construiu uma carreira brilhante e tornou-se referência no mercado publicitário. Profissional, guerreira, feminista, esposa e, acima de tudo, mãe. Cuidou de mim e do meu irmão, André, ao longo de todas essas décadas. Garantiu nossa segurança, nossa educação, nossa saúde e ajudou a formar o nosso caráter.”

Aos 85 anos, Clarice Herzog continua sendo exemplo e inspirando, mas sua batalha agora é silenciosa, é contra o Alzheimer, que pode até apagar suas lembranças, mas seu legado permanecerá na história do país. Há memórias que pertencem a uma pessoa e há memórias que passam a pertencer a um país. A de Clarice já faz parte da história do Brasil.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Uma história do jazz, a decadência política e a blindagem eleitoral

No fim dos anos 1950, Dale Turner, um saxofonista negro norte-americano, toca todas as noites no Blue Note, em Saint-Germain. É um alcoólatra. Basta que escape à vigilância dos amigos e ele vai parar no hospital. Como é comum nesses casos, num determinado momento entra em colapso. Francis, apaixonado admirador do músico de vanguarda, assume plena responsabilidade sobre ele e Dale aos poucos volta a tocar. Mas as raízes, a sua solidão e seus medos o levam de volta a Nova York, onde morre.

O filme *Por Volta da Meia-noite* (Round Midnight/Autour de minuit, 1986), de Bertrand Tavernier, conta essa história. É inspirado nas vidas de Bud Powell (e Lester Young), interpretado por Dexter Gordon em pessoa, e Francis Paudras, vivido pelo ator francês François Cluzet. Jazz raiz, destaca-se o trabalho de grandes músicos, como Herbie Hancock, que atua no filme como Martin Scorsese. É um filme de decadência, e não de ascensão. Os grandes músicos de jazz dessa era, quase todos negros, a despeito do talento até hoje reconhecido, viveram em condições por vezes degradantes.

Parece que viajei na batatinha. O que isso tem a ver com a nossa política? Na década de 1950, a vida norte-americana foi marcada por graves crises internas de valores e liberdades. O macarthismo promoveu uma “caça às bruxas” que sufocou o debate democrático, enquanto o conservadorismo emergente combateu o liberalismo tradicional. A profunda segregação racial marginalizou milhões de cidadãos.

Liderada pelo senador republicano Joseph McCarthy, a política externa de contenção ao comunismo transformou-se em histeria interna. O medo da “ameaça vermelha” levou à perseguição de funcionários públicos, intelectuais e artistas, minou o respeito às liberdades civis e à Constituição. A imagem de uma democracia exemplar esmaecia no racismo institucionalizado. Apenas na segunda metade da década, com o boicote aos ônibus de Montgomery em 1955 liderado por Rosa Parks, o movimento por direitos civis emergiu.

O sistema bipartidário norte-americano fora reconfigurado com o fortalecimento de alas conservadoras, focadas no combate ao comunismo e na subversão do liberalismo do New Deal. Essa polarização limitou reformas sociais mais amplas. A Doutrina Truman e a Guerra da Coreia (1950-1953) exigiram grandes mobilizações de recursos e expandiram a influência do complexo militar-industrial, o que gerou contestações sobre o papel dos EUA como “polícia do mundo”. Mais ou menos como agora.

Falta de sintonia

Aqui no Brasil, uma pesquisa Datafolha divulgada há poucos dias revelou um cenário alarmante para a democracia brasileira: 68% dos eleitores não conseguem citar o nome de um único deputado federal em exercício, e 75% não se lembram de nenhum senador. Quase 70% dos entrevistados também não se recordam em quem votaram para cargos do Poder Legislativo federal nas eleições de 2022. Por que isso acontece?

A política institucional, como os Poderes republicanos, nunca foi muito popular. Os partidos e os políticos parecem habitar um planeta distante, descolado da realidade brasileira. Com as sessões virtuais, já não há debates acalorados nos plenários da Câmara e do Senado, tudo é decidido na base da negociação, no colégio de líderes e em votações relâmpagos, às vezes por volta da meia-noite (eis aqui a batatinha).

Os tratos e acordos feitos nos corredores do Congresso, dos gabinetes dos ministros e governantes e dos tribunais visam somente o atendimento de interesses privados de quem detém o poder político e/ou econômico. O Congresso virou um balcão de negócios, o paraíso do patrimonialismo. O caso Master e as relações perigosas com o banqueiro Daniel Vercaro espantam pelos bilhões envolvidos, mas não pelo modus operandi que hoje predomina na Câmara e no Senado, que foram naturalizados.

A maioria dos políticos só se sente vinculada aos cidadãos quando há eleições. Hoje, não se debate mais nada, tudo parece decidido pelas lideranças do Congresso antes de chegar ao plenário, abruptamente, após articulações em reuniões fechadas. Salvo algumas exceções, os parlamentares comparecem ao plenário raramente, votam conforme a orientação de líderes ou de interesses pontuais e usam o tempo de fala não para formular ideias capazes de mobilizar o eleitorado, mas para produzir “cortes” para as mídias sociais. Os cidadãos são deixados de fora da política.

O Datafolha mostrou que apenas meia dúzia de deputados, entre 513, foram citados por ao menos 1% dos entrevistados — e, mesmo assim, em geral por sua capacidade de “engajamento” no ambiente digital. Poucos cidadãos sabem citar o nome de um parlamentar, há um profundo divórcio entre representantes e representados. Mas os fundos partidário e eleitoral e as emendas parlamentares garantem a reeleição. Não existe “patriade de armas” entre quem tem e não tem mandato. O Congresso está blindado contra a renovação. A democracia de massas no Brasil só sobrevive por causa do voto direto nas eleições majoritárias e da urna eletrônica.

Fica a dica de um bom filme para o domingo, na Apple TV Store.

JUDICIÁRIO

STF pauta “uberização” para agosto

» ALÍCIA BERNARDES

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma as sessões plenárias em 3 de agosto com uma pauta que reúne processos de grande repercussão nacional. Entre os principais temas previstos para o segundo semestre, estão a definição sobre o vínculo empregatício de motoristas e entregadores de aplicativos, a forma de escolha de um governador em caso de mandato-tampão no Rio de Janeiro, a constitucionalidade da proibição dos jogos de azar e o alcance da Lei Maria da Penha.

Um dos julgamentos mais aguardados é o que trata da chamada “uberização”. Previsto para o fim de agosto, o processo discutirá se trabalhadores de plataformas digitais, como Uber e iFood, possuem vínculo empregatício com as empresas. Além de decidir o caso concreto, o Supremo deverá estabelecer uma tese que servirá de orientação para todo o Judiciário. A análise já foi adiada diversas vezes, enquanto se aguardava uma eventual regulamentação pelo Congresso Nacional, que não avançou.

Gustavo Moreno/STF



Maria da Penha e mandato-tampão também serão julgados pós-recesso

Também em agosto, os ministros retomarão o julgamento sobre o modelo de eleição para governador e vice-governador do Rio em caso de vacância dos cargos. A Corte decidirá se a escolha deve ocorrer por eleição direta, com participação do

eleitorado, ou de forma indireta, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Flávio Dino, quando o placar registrava quatro votos favoráveis à eleição indireta e um

pela eleição direta. A retomada foi marcada para 19 de agosto.

Outro tema previsto para o mês que vem é a análise da constitucionalidade da proibição da exploração de jogos de azar no país. Os ministros discutirão se a norma, prevista na legislação desde 1941, permanece compatível com a Constituição Federal ou se deve ser revista. O julgamento poderá definir se a exploração desses jogos continuará sujeita a sanções legais.

A pauta do segundo semestre também inclui a discussão sobre o alcance da Lei Maria da Penha. O STF avaliará se as medidas de proteção previstas na legislação podem ser aplicadas em casos de violência de gênero mesmo quando não há relação familiar, doméstica ou afetiva entre vítima e agressor. O relator, ministro Edson Fachin, defende que a Corte esclareça a abrangência da norma para uniformizar o entendimento da Justiça em situações ocorridas em ambientes públicos, profissionais ou em outros contextos sem vínculo íntimo entre as partes.